

Vamos mostrar o nosso “ato de vontade” ao reitor

Dia 25/02, todos no Consun contra a minuta de autonomia do Hupe!



Silvana Sá

A sessão do Conselho Universitário que discutiria a minuta de “autonomia plena” do Hupe, e que foi suspensa na sexta-feira passada, já tem data para continuar: os conselheiros se reunirão no dia 25/02, no Plenário dos Conselhos, para definir o futuro do Hospital Universitário.

Conseguimos uma primeira grande vitória: o projeto não chegou a ser votado na sessão realizada no dia

05/02. O motivo: a massiva mobilização dos trabalhadores! A assistência do plenário ficou lotada a ponto de não sobrar espaço para a movimentação das pessoas. Os trabalhadores e estudantes também estenderam faixas pedindo a retirada da minuta da pauta de votação no Consun.

Presença e luta são fundamentais

Já sabemos que é com mobilização

que conseguimos as vitórias. Todas as conquistas obtidas pelos trabalhadores desta Universidade aconteceram graças à intensa mobilização e presença dos trabalhadores nas lutas coletivas. Dessa vez não é diferente! Depende de cada um de nós a defesa do Hupe e a garantia de derrubar esta proposta que visa apenas aos interesses privados!

Por isso, companheiros, no próximo dia 25, a quinta-feira após a semana do Carnaval, a Uerj e o Hupe precisam de vocês! Vamos dizer **NÃO** a esta ardilosa proposta do reitor que depõe contra o serviço público de qualidade, contra a população mais necessitada dos atendimentos gratuitos e contra os trabalhadores. Unidos conseguiremos barrar esta armadilha!

Contra as fundações

Vamos reafirmar nossa posição contrária às Fundações Estatais de Direito Privado. A proposta do reitor traz embutido esse risco para a saúde pública! A minuta que visa conceder autonomia ao Hupe abre brechas para a cobrança dos serviços e convênios particulares. Uma verdadeira festa para a iniciativa privada!

Histórico da luta

Em novembro passado, o Hospital Universitário Pedro Ernesto e a comunidade universitária foram surpreendidos com um Memorando que retirava a autonomia relativa do hospital e passava a gestão financeira do Hupe para a DAF. Os trabalhadores, toda a comunidade universitária e até mesmo o diretor do Hupe reagiram imediatamente à medida.

Como resposta, Vieiralves apresentou ao Consun, no dia 18 de dezem-

bro, minuta de Resolução concedendo “autonomia plena” ao Hospital, alegando que se tratava de um “ato de vontade”. No entanto, nenhum dos conselheiros teve tempo hábil para ler o projeto encaminhado na véspera da sessão do Conselho Universitário.

Na ocasião, os conselheiros decidiram encaminhar a minuta à Comissão Permanente de Legislação e Normas para que apresentasse parecer sobre o

assunto na sessão seguinte. Os membros da comissão não entraram em consenso e o documento voltou ao Consun.

Uma nova sessão foi marcada para o último dia 5 para votar a proposta do reitor. A mobilização dos trabalhadores, sempre fundamental nos processos de luta, conseguiu fazer com que o reitor não colocasse a minuta em votação. Os conselheiros também não chegaram a discutir o documento.

Entidades patronais pressionam pelo fim da Lei que fixa o novo piso salarial

Firjan pede suspensão de trecho da Lei que garante remuneração de acordo com o novo piso salarial

Desde que entrou em vigor no dia 1º de janeiro, a Lei nº 5.627/09 – que define valores para novos pisos regionais – vem sendo intensamente atacada pelas entidades patronais. Com o objetivo de debater a Lei, a Comissão de Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro realizou, no dia 10, uma audiência pública com a participação do procurador da República na área do Trabalho, João Carlos Teixeira, e a do presidente do Sindicato dos Advogados do Rio, Sérgio Batalha, além de lideranças sindicais, dentre as quais estiveram dirigentes do Sintuperj.

O mais recente ataque foi uma liminar da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) junto ao Tribunal de Justiça (TJ-RJ) que suspende parte da Lei. O trecho questionado pela entidade determina que, mesmo quando houver acordos coletivos, as remunerações não podem ser mais baixas que os pisos regionais. O presidente da Comissão e deputado estadual, Paulo Ramos,

pontuou que o tribunal não tem competência para apreciar a constitucionalidade de uma lei estadual.

Esta é uma conquista fundamental para os trabalhadores. Isso porque a lei estabelece um limite mínimo, uma base para que os trabalhadores lutem, através de acordos, por vencimentos melhores, já que representa um indicativo inicial nas negociações.

Com a suspensão do trecho, os trabalhadores só têm a perder e ficam sem mais um respaldo legal para negociar o salário. Estão incluídos na base do piso regional: empregados domésticos; técnicos administrativos; auxiliares; motoboys; telefonistas e operadores de telemarketing, entre muitos outros.

Nesse momento, a pressão e a mobilização são importantes para a efetivação deste direito e o deputado Paulo Ramos pretende através do TJ-RJ suspender a decisão judicial e sensibilizar instituições como as procuradorias Geral do Estado (PGE) e da Assembleia Legislativa.

Cabral pede extinção do Iaserj

Está prestes a ser extinto o Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro (Iaserj). Movimentos sociais e entidades começam a se mobilizar contra essa política de descaso do governo Cabral com a saúde do trabalhador, já que o instituto presta assistência médica e social aos servidores públicos estaduais e seus dependentes. A medida fere o artigo 88 da Constituição Estadual que prevê exatamente tal prestação de serviço aos servidores.

Confira um trecho do manifesto:

“Nos preocupa o descaso do governo estadual com a saúde pública, pois já fechou o Hospital São Sebastião, único especializado em doenças infecto-contagiosas, e agora em parceria com o governo federal quer demolir o Iaserj. O poder público não pode prescindir de sua responsabilidade inscrita nas Constituições Federal e Estadual e nas leis orgânicas da saúde (Lei nº8.080 e Lei nº8.142). Exigimos e nos comprometemos com a defesa de serviços públicos de qualidade, mantidos com recursos de toda a sociedade”.

AGENDA DE LUTA



- **Dia 25/02**, às 9h30min, no Plenário dos Conselhos - Continuação da sessão do Conselho Universitário iniciada no dia 05/02.
Pauta: Minuta de Resolução que confere autonomia ao Hupe.
- **Dia 26/02**, às 11 horas, na SECT – Reunião com o secretário de Ciência e Tecnologia, Alexandre Cardoso, e os dirigentes do Sintuperj e Asduerj.
- **Dia 03/03**, às 14 horas, no Anfiteatro do Raio X – Térreo (Hupe) – Assembleia Geral dos Trabalhadores da Uerj.